

Presidente

Secretário

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 4 DE OUTUBRO DE 2011, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENÇAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Não se verificou qualquer ausência.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu-se à recente demissão do Dr. Orlando Nascimento da função de inspector-geral da administração do território e ao texto por ele publicado no site da Inspeção Geral das Autarquias Locais (IGAL). Referiu que a Junta de Freguesia de Valdigem foi inspeccionada pela IGAL em

Presidente

Secretário

2006 ou 2007, e que o relatório da inspecção nunca apareceu, nunca foi remetido à Câmara Municipal de Lamego, nem ao novo executivo da Junta de Freguesia. Este facto constituiu uma clara protecção do então presidente da Junta de Freguesia, por razões políticas. Referiu, ainda, ter feito uma insistência junto da Inspecção Geral das Autarquias Locais para que o referido relatório e resultados das conclusões fossem remetidos à Câmara Municipal, pois essa inspecção nunca produziu qualquer efeito, apesar das suspeitas de graves irregularidades que, em processo autónomo o Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu veio a confirmar. Houve um conjunto de irregularidades praticados com dinheiros da Freguesia, de grande gravidade, tendo o senhor Inspector geral protegido o então Presidente da Junta de Freguesia, impedindo que o relatório da inspecção chegasse ao conhecimento desta Câmara Municipal. Iremos de novo solicitar à IGAL o relatório da inspecção efectuada à Junta de Freguesia de Valdigem.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** votou a favor desta proposta. No que concerne às matérias de foro legal deixa este assunto à responsabilidade das entidades competentes.

Quanto às declarações feitas pelo do senhor Presidente da Câmara não tem dúvida que, por quem de direito e a seu tempo, se produzirão os devidos efeitos legais, pelo que aguarda a conclusão destes processos, com a convicção de que quem cometeu irregularidades e ilegalidades não poderá deixar de ser sancionado.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Presidente da Câmara** Municipal fez uma alusão ao denominado Documento Verde, referindo que o mesmo está a ser objecto de uma ampla análise e discussão, cuja versão final ainda não está encontrada, e que, no que concerne ao Município de Lamego ninguém pode ficar surpreendido. A propósito deste assunto, informou que na passada sexta-feira reuniu com todos os Presidentes de Junta onde há 80% de sintonia para o caso de haver necessidade de se fazer algo.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** disse que está preocupado com a alteração substantiva no formulário da referência autárquica, admitindo também que muito há a fazer em torno destas matérias, desde a reorganização territorial das circunscrições autárquicas, até às matérias de foro legal, no que

Presidente

Secretário

concerne às alterações que se devem promover na legislação autárquica, tanto no que diz respeito ao modelo de gestão, como ao processo eleitoral.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto**, no uso da palavra, disse que esteve presente, em representação do Município, na cerimónia de entrega do Prémio de Mérito Escolar Dr. Alfredo Victor Pereira Nunes à aluna Inês Silva Ribeiro, que decorreu no dia 1 do corrente, em Magueija.

EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO (COD 20)

O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para informar que, recentemente, teve uma reunião com o senhor Secretário de Estado da Juventude e Desporto relativamente ao Complexo Desportivo de Lamego. Nessa reunião manifestou que a Câmara Municipal de Lamego aceitava as instalações do referido Complexo Desportivo, sem qualquer tipo de ónus, incluindo pessoal, mediante a celebração de um contrato de comodato, por 50 anos. Caso contrário se esta proposta não for aceite a Câmara Municipal de Lamego desistirá do Complexo Desportivo. No que se refere à instalação do Campo de Futebol daquele Complexo, a Câmara Municipal irá diligenciar uma outra alternativa, com vista a assegurar no futuro, a prática desta modalidade desportiva, junto dos clubes desportivos, em condições similares às que se verificam em qualquer concelho de norte a sul.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** comentou a informação do senhor Presidente da Câmara afirmando que este assunto deve ser analisado com incidência em dois factores: do ponto de vista interno e externo.

Internamente, ou seja, em termos de abordagem local, a problemática do Complexo Desportivo tem de ser tratada de uma forma mais enérgica e determinada junto das instituições e agentes desportivos locais, por forma a que se consiga uma verdadeira união de esforços com vista a uma solução qualitativamente mais interessante e eficaz para aquela unidade.

Externamente o assunto deve ser diligenciado e tratado com a sensatez e a afabilidade que este tipo de negociações exige, por forma a negociarmos e resolvermos a contenda e o impasse existentes, garantindo os melhores resultados e benefícios para o Município de Lamego.

Presidente

Secretário

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** retorquiu informando que teve a primeira reunião com o Secretário de Estado do Desporto em 16 de Novembro de 2005 e que, volvidos 6 anos, tudo continua igual, ou seja, nada foi feito por parte da Secretaria de Estado ou do Instituto de Desporto de Portugal (IDP). Entretanto e com o intuito de avançar com uma solução viável, a Câmara Municipal de Lamego já gastou 500.000,00 € (quinhentos mil euros), com a elaboração do respectivo projecto que agora se verifica de nada servir para nada ao ser anulado o protocolo do IDP com o Município de Lamego.

EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO (COD 20)

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** usou da palavra para referir que no âmbito da celebração do *Dia do Diploma*, criado por iniciativa do Ministério da Educação, as Escolas Secundárias Latino Coelho, da Sé e a Escopal/Esfosol procederam à entrega de prémios de mérito aos melhores alunos do 12º ano referentes ao ano letivo de 2010/11 no dia 30 de Setembro. Nas diferentes cerimónias, que decorreram com grande dignidade, estiveram presentes um número muito significativo de Encarregados de Educação e Professores, o que demonstra o seu interesse pelo processo de Ensino/Aprendizagem dos seus educandos/alunos.

Referiu, ainda, que continua a ser oriundo de Lamego, mais propriamente da Escola Secundária Latino Coelho, o melhor aluno a nível nacional, uma jovem que obteve a média final de 19,6 valores.

A aluna do Agrupamento de Escolas da Sé, Daniela Filipa, decidiu doar o valor pecuniário do seu prémio - 500€ - à Unidade Multifuncional daquela escola, o que muito emocionou a plateia, um serviço que diariamente apoia alunos com deficiência profunda, sob a supervisão de professores de educação especial.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** interveio para referir que esteve presente na cerimónia realizada no Teatro Ribeiro Conceição, corroborando o que foi dito pela senhora Vereadora Marina Valle, relativo à entrega do prémio que o Governo instituiu. Salientou o facto de que o mérito da maior quantidade de alunos que a escola Secundária da Sé ser da cidade de Lamego e menos das zonas rurais. Tem esperança, no entanto, que com os novos Centros Escolares esta evidência venha a ser combatida e se uniformize o resultado dos alunos de todo o

Presidente

Secretário

concelho. Em relação à questão do prémio, o senhor Presidente da Câmara elogiou a aluna que entregou o seu prémio à unidade multideficiência da escola da Sé, no que foi secundada pelos restantes alunos premiados que entregaram o seu prémio a instituições de solidariedade do Município de Lamego, tendo enaltecido esta ideia inteligente. O senhor Presidente da Câmara propôs um voto de congratulação a todos os alunos e aos professores envolvidos nesta cerimónia, no que foi corroborado pelo restante executivo.

EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO (COD 20)

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** referiu que esteve presente, em representação do Município de Lamego, numa reunião entre as Escolas da zona norte interior de Portugal e a Liga Portuguesa Contra o Cancro, onde foram estabelecidos e acordados os projetos de Educação para a Saúde a desenvolver com as mesmas no ano letivo de 2011/2012.

EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO (COD 20)

A senhora **Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte** usou da palavra para referir que no passado dia 2 de Outubro, foi realizada uma caminhada para assinalar o Dia Mundial do Coração e celebrar também o Dia Internacional do Idoso.

O Centro Municipal de Marcha e Corria de Lamego, em parceria com a Fundação Portuguesa de Cardiologia, preparou um amplo cartaz de actividades desportivas, para todos os participantes. Ao longo de uma hora, foram efectuados rastreios de saúde, sessões de aeróbica e jogos de boccia. Os caminhantes conseguiram passar a mensagem pelas ruas onde passavam: os portugueses devem tomar conta da saúde do coração da sua família e tornarem-se, em casa, defensores de hábitos de vida mais saudáveis. No final, foi formado um coração humano gigante no interior do Pavilhão Álvaro Magalhães.

A senhora Vereadora deixa um voto de agradecimento à Optica Parente por todo o apoio prestado, na realização deste evento.

Informou, ainda, que esteve presente na festa da Maçã Bravo de Esmolfe, em representação do Município de Lamego, em Penalva do Castelo.

Presidente

Secretário

AQUISIÇÃO DE UM PRÉDIO MISTO PROPRIEDADE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALDIGEM (COD 47)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lamego deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal da aquisição do prédio misto, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 00747/19960509, propriedade da Junta de Freguesia de Valdigem, pelo valor total das penhoras em vigor que recaíam sobre o imóvel. O prédio tem a seguinte composição:

- 1)** Prédio rústico, inscrito na matriz sob o artigo n.º 557, secção D (parte), com uma área de 6090,60 m2 (área descrita na C.R.P.);
- 2)** Prédio rústico, inscrito na matriz sob o artigo n.º 553, secção D (parte), com uma área de 482,36 m2 (área descrita na C.R.P.);
- 3)** Prédio urbano, inscrito na matriz sob o artigo n.º 196, composto por uma casa de dois pavimentos, destinada a habitação, com armazém e lagar, com uma área coberta de 297,80 m2, que confronta de Norte, Nascente, e Poente com o possuidor e de Sul com a Estrada Nacional;
- 4)** Prédio urbano, inscrito na matriz sob o artigo n.º 197, composto por uma casa de construção antiga, destinada a arrumações, com uma área coberta de 267,60 m2, que confronta de Norte, Sul, Nascente com o possuidor e de Poente com caminho público;

O valor total da aquisição do prédio misto supra descrito é de 54.722,75€ (cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte e dois euros, e setenta e cinco cêntimos), encontrando-se esta verba cabimentada no Plano Plurianual de Investimentos deste Município, projecto 2008/I/25, cabimento n.º 1566/2011, que corresponde ao valor total das penhoras, assim discriminadas:

- 42.500,00€ a favor das Construções Leite & Pinto, Lda.
- 9.266,45€ a favor de Sofinloc;
- 2.956,30€ a favor de José Maria Soares, na qualidade de agente de execução, da Sofinloc.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 3 de Outubro de 2011.

Presidente

Secretário

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 2011 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 20 de Setembro de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

02-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 29 DE SETEMBRO DE 2011 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a acta da reunião extraordinária de Câmara do dia 29 de Setembro de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

03-ASSUNTO: TERMO DO PRAZO PARA DESOCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO - APITIL (COD 01)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 470/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, referindo que em reunião de Câmara realizada em 11 de Janeiro de 2011, o Executivo Municipal decidiu estabelecer o prazo de seis meses para que a Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego – APITIL - procedesse à desocupação do edifício onde se encontra sedeadada, propriedade do Município de Lamego, sito na Rua Marquês do Pombal.

Através da informação n.º 649/DMSU, datada de 19 de Agosto de 2011, os serviços informam do termo daquele prazo, mantendo a APITIL a sua sede naquele edifício, correndo os encargos com fornecimento de água e energia eléctrica por conta do Município.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara Municipal se digne pronunciar-se sobre a presente situação.

Presidente

Secretário

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, notificar a Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego – APITIL de que irá ser cortado fornecimento de água e energia eléctrica de todos os espaços ocupados por esta entidade.

Mais deliberou, notificar a referida Associação para proceder à regularização desta situação, devendo, para o efeito, dirigir-se à Câmara Municipal.

04-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: SUSANA CARVALHO VERDIAL S. SILVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 504/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 718/DMSU, de 27 de Setembro de 2011, se proceda à rectificação da factura n.º 92650, relativa ao mês de Agosto de 2011, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

05-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DE FACTURAS DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: FERNANDO JOSÉ BARROS C. SILVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 505/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 722/DMSU, de 28 de Setembro de 2011, se proceda à rectificação das facturas n.º 92413 e 105725, relativas aos meses de Julho e Agosto de 2011, respectivamente, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

06-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: MÁRIO DUARTE

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 471/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente ao senhor Mário Duarte não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra o senhor Mário Duarte.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

07-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: ANTÓNIO PAULO RIBEIRO SOEIRO DE CARVALHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 472/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente ao senhor António Paulo Ribeiro Soeiro de Carvalho, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações,

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra António Paulo Ribeiro Soeiro de Carvalho.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

08-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: ADÉRITO RIBEIRO FERREIRA MORAIS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 473/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a PSP de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente ao senhor Adérito Ribeiro Ferreira Morais, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações,

Presidente

Secretário

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Adérito Ribeiro Ferreira Moraes.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

09-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: JOSÉ DE ALMEIDA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 474/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a PSP de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente ao senhor José de Almeida, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações,

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra José de Almeida.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

10-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: JOSÉ DE ALMEIDA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 475/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a PSP de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente ao senhor José de Almeida, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra José de Almeida.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretário

11-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDO: ABEL GONÇALVES PEREIRA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 476/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a EPF da GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente ao senhor Abel Gonçalves Pereira, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Abel Gonçalves Pereira.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

12-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDO: MANUEL FERNANDO JESUS RODRIGUES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 477/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente ao senhor Manuel Fernando Jesus Rodrigues, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Manuel Fernando Jesus Rodrigues.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

13-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDO: RUI MANUEL ALMEIDA SOUSA**

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 478/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente ao senhor Rui Manuel Almeida Sousa, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Rui Manuel Almeida Sousa.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

14-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: CARLOS ALBERTO DA COSTA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 479/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente ao senhor Carlos Alberto da Costa, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Carlos Alberto da Costa.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

15-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: ANTÓNIO MANUEL GONÇALVES DOS SANTOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 480/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente ao senhor António Manuel Gonçalves dos Santos, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações.

Presidente

Secretário

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra António Manuel Gonçalves dos Santos.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

16-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO
(COD 17)

ARGUIDO: JOAQUIM DA SILVA NEVES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 481/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente ao senhor Joaquim da Silva Neves, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Joaquim da Silva Neves.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

17-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO
(COD 17)

ARGUIDO: FAUSTO MAGNO CORREIA RODRIGUES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 482/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente ao senhor Fausto Magno Correia Rodrigues, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Fausto Magno Correia Rodrigues.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretário

18-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDO: JOAQUIM DA CONCEIÇÃO ALMEIDA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 483/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente ao senhor Joaquim da Conceição Almeida, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Joaquim da Conceição Almeida.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

19-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDA: MARIA ALICE LAMAS FERREIRA CARDOSO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 484/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a PSP de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente à senhora Maria Alice Lamas Ferreira Cardoso, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Maria Alice Lamas Ferreira Cardoso.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

20-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDA: MARIA GRACIELA LAMELAS MARAVILHA SEBASTIANA**

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 485/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente à senhora Maria Graciela Lamelas Maravilha Sebastiana, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Maria Graciela Lamelas Maravilha Sebastiana.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

21-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDA: ISABEL GENTIL RICA GUEDES GOMES ALVES DA SILVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 486/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a PSP de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno pertencente à senhora Isabel Gentil Rica Guedes Gomes Alves da Silva, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Isabel Gentil Rica Guedes Gomes Alves da Silva.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

22-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: JOSÉ DA SILVA PINTO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 487/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno um indivíduo realizava uma queima de sobrantes de exploração agrícola, em período crítico.

Presidente

Secretário

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra José da Silva Pinto.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

23-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: CÉSAR DA CONCEIÇÃO PEREIRA GRANJO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 488/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a EPF da GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno um indivíduo realizava uma queimada, sem obedecer aos condicionalismos impostos pelo artigo 27º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra o senhor César da Conceição Pereira Granjo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

24-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: JORGE MANUEL SIMÕES TEIXEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 489/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que num terreno um indivíduo realizava duas queimas de sobrantes de exploração agrícola, em período crítico.

Assim, face ao exposto e atendendo à fase em que se encontra o processo, nos termos do disposto nos artigos 24º, 25º e 29º, n.º 1 do Código de Processo Penal, aplicável por força do disposto no artigo 41º do Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de Outubro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, propõe à Exma. Câmara Municipal que se proceda à apensação das duas

Presidente

Secretário

infracções, e se proceda à instauração de um só processo de contra-ordenação, no qual é imputável ao arguido Jorge Manuel Simões Teixeira, a eventual prática das duas contra-ordenações.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

25-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: SÉRGIO MANUEL MONTEIRO BORGES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 490/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que decorria uma actividade ruidosa em violação das condições fixadas na licença especial de ruído.

Assim, propõe à Exma. Câmara que, nos termos do n.º 2 do artigo 30º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de Agosto, seja instaurado processo de contra-ordenação contra o senhor Sérgio Manuel Monteiro Borges.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

26-ASSUNTO: FALTA DE PAGAMENTO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO – CAFÉ E ESPLANADA 4 ESTAÇÕES (COD 17)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 490/17/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara a qual refere que o senhor Pedro Miguel Rebelo Gouveia (aqui representado pelo advogado, Dr. Ribeiro Maravilha) adjudicatário do direito à utilização a título precário de um espaço de domínio público municipal, destinado a café e esplanada, na Av. Dr. Alfredo de Sousa, em Lamego, solicitou o seguinte:

“1º - que lhe seja perdoado o acréscimo de 20% peticionado no ofício nº 5410 e ofício nº 9060.

2º - que o valor em singelo das taxas de ocupação do mês de Julho e Agosto de 2011 seja pago em 18 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira a 20 de Outubro de 2011.

Com a entrada do referido ofício, o meu cliente procederá também ao pagamento da taxa de ocupação relativa a Setembro de 2011.”

Presidente

Secretário

Face ao requerimento apresentado, que aqui se considera integralmente transcrito, conclui-se que não se verificou qualquer caso de força maior ou caso fortuito que impossibilitasse o senhor Pedro Gouveia de cumprir as suas obrigações contratuais, concretamente, o pagamento das taxas mensais.

A falta de pagamento atempado das taxas de ocupação, dá lugar, por deliberação da Câmara Municipal à declaração da perda do direito de ocupação e ao correspondente despejo, excepto se o concessionário, até ao termo do mês em que o pagamento era devido, liquidar a quantia em dívida, acrescido do valor de 20%.

Pretende o requerente proceder ao pagamento das taxas mensais em dívida em 18 prestações mensais e sucessivas. O deferimento de tal pedido constituiria uma violação das regras concursais e contratuais que prevêm que o pagamento das taxas será feito entre o dia um e o dia oito de cada mês.

A caução tem como que uma função garantística do cumprimento das obrigações decorrentes da lei e do contrato, que poderá ser accionada em caso de incumprimento, visando garantir ao beneficiário da caução, o cumprimento pontual das obrigações por parte do devedor.

A informação nº 482/DAC de 22.09.2011 refere que dado que o requerente não procedeu, até esta data, ao pagamento das taxas devidas nos meses de Agosto e Setembro de 2011, nem ao valor de 20% referente aos atrasos de pagamentos das taxas dos meses de Março, Abril, Maio, Julho, Agosto e Setembro de 2011 e se encontra a utilizar o espaço que lhe foi adjudicado, nos termos do contrato outorgado deveria ser accionada, de imediato, a caução prestada para esse fim e notificado o senhor Pedro Gouveia para proceder ao reforço da caução, no prazo de 10 dias, sob pena de deliberação da perda do direito à ocupação de que é titular e ao correspondente despejo, sob a forma mais expedita prefigurada em lei, devendo ser indeferido o seu pedido de pagamento em prestações.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal a análise e deliberação do presente pedido.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dada a conjuntura económica e financeira actual e o facto de o preço a pagar pelas taxas de ocupação do espaço em causa ser de valor considerável e tendo em conta, ainda, o interesse público em manter o estabelecimento aberto, não exigir o acréscimo de 20%, não intentando, por isso, a correspondente acção de despejo.

Presidente

Secretário

Igualmente deliberou, indeferir o pagamento em prestações das taxas vencidas, devendo o concessionário proceder, de imediato, à regularização das taxas mensais de ocupação em falta até à presente data.

27-ASSUNTO: MINUTA DOS PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE FUNCIONAMENTO DOS CENTROS ESCOLARES DE LAMEGO – SUDESTE E LAMEGO SUL (**COD 20**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 500/20/11 da senhora Vereadora da Educação, Acção Social e Cultural, que vem acompanhada das minutas dos protocolos entre o Município de Lamego e as Associações de Freguesias do Sudeste e do Sul do Município de Lamego, visando a criação de condições para garantir o normal funcionamento dos Centros Escolares de Lamego-Sudeste e Lamego-Sul, nomeadamente no apoio ao fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, às actividades curriculares, à manutenção das instalações e ao serviço de portaria e vigilância.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que sejam aprovados os protocolos, nos termos da alínea l), do n.º 1 do artigo 64º e artigo 67º, ambos da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que definem o pagamento à Associação de Freguesias do Sudeste do Município de Lamego, da quantia de 29.900,00€ (vinte e nove mil e novecentos euros), em que 11.960,00€ corresponde ao ano de 2011 (de Setembro a Dezembro) e 17.940,00€ ao ano de 2012 (de Janeiro a Junho) e à Associação de Freguesias do Sul do Município de Lamego, da quantia de 26.000,00€ (vinte e seis mil euros), em que 10.400,00€ corresponde ao ano de 2011 (de Setembro a Dezembro) e 15.600,00€ ao ano de 2012 (de Janeiro a Junho).

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a referida proposta, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Ribeiro, com os mesmos fundamentos da declaração de voto vertida na acta de 20 de Setembro de 2011, a propósito deste assunto.

28-ASSUNTO: MINUTA DOS PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE AVÕES E FERREIRIM PARA

Presidente

Secretário

A REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE UTENTES DA ASSOCIAÇÃO PORTAS PRA VIDA (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 501/20/11 da senhora Vereadora da Educação, Acção Social e Cultural que vem acompanhada das minutas do protocolos entre o Município de Lamego e as Juntas de Freguesia de Avões e Ferreirim, para a realização do transporte de utentes da Associação Portas P`ra Vida, portadores de deficiência.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere aprovar os protocolos, nos termos da alínea l), do n.º 1 do artigo 64º e artigo 67º, ambos da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que definem o pagamento à Junta de Freguesia de Avões da quantia de €7.700,00 (sete mil e setecentos euros), em que 3.080,00€ corresponde ao ano de 2011 (de Setembro a Dezembro) e 4.620,00€ ao ano de 2012 (de Janeiro a Junho) e à Junta de Freguesia de Ferreirim da quantia de €15.400,00€ (quinze mil e quatrocentos euros), em que 6.160,00€ corresponde ao ano de 2011 (de Setembro a Dezembro) e 9.240,00€ ao ano de 2012 (de Janeiro a Junho).

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

29-ASSUNTO: OFÍCIO EMANADO DA IRMANDADE MILITAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (COD 24)

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal do teor do ofício, datado de 14 de Setembro de 2011, oriundo da Irmandade Militar de Nossa Senhora da Conceição, agradecendo toda a gentileza e amabilidade com que sempre os tem distinguido, e reconhecendo o apoio determinante na realização da cerimónia religiosa de Investidura dos novos membros da Irmandade e na realização do concerto pela Orquestra de Jovens da Europa.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

30-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS – QTA. BRANCA EM VALDIGEM (COD 26)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 491/26/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, nos termos do n.º 2 do

Presidente

Secretário

artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício e fogo de balonas, no dia 15 de Outubro de 2011, das 23.00h às 23.30h, para um jantar convívio da Liga Portuguesa contra o Cancro, a realizar na Quinta Branca, Freguesia de Valdigem, desde que não sejam lançados balões com mecha acesa ou qualquer tipo de foguetes.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

31-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS – PARADA DO BISPO (COD 26)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 496/26/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício e fogo de balonas, no período de 31 de Outubro, das 21.00h às 00.00h e 1 de Novembro de 2011, das 08.00h às 14.00h para as Festas em Honra de Todos os Santos, a realizar no Lugar do Serro, freguesia de Parada do Bispo, desde que não sejam lançados balões com mecha acesa ou qualquer tipo de foguetes.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

32-ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO DE LAMEGO A CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE VOLEIBOL (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 496/26/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, nos termos do artigo 18º alínea a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 36º, do CCP, e considerando que o IDP decidiu unilateralmente a cessação da parceria que tinha efectuado com o Município de Lamego para a construção do CAR (Centro de Alto Rendimento), ficando, consequentemente, indisponível o local destinado à sua edificação;

Considerando que com este argumento, a Presidente da Comissão Directiva do POVT – Programa Operacional Temático – VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO,

Presidente

Secretário

decidiu pela anulação da Decisão Favorável de Financiamento da Operação denominada POVT -09-0353-FEDER-000097 “Requalificação e Adaptação do Complexo Desportivo de Lamego a Centro de Alto Rendimento”;

Considerando, ainda, que o Município de Lamego fica sem condições de executar a empreitada, como se propôs, uma vez que fica sem a comparticipação do QREN a 70 % do custo elegível da operação.

Propõe à Exma. Câmara Municipal, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 79.º do CCP o seguinte:

1 – Não adjudicar o concurso público internacional para a construção da empreitada denominada “Requalificação e Adaptação do Complexo Desportivo de Lamego a Centro de Alto Rendimento” pelas circunstâncias supra indicadas, com a consequente revogação da decisão de contratar.

2 – Comunicar aos concorrentes, a decisão de não adjudicação.

3 – Publicitar nos mesmos meios a que foi sujeito o concurso público internacional, esta decisão.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

33-ASSUNTO: INSTALAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS E SERVIÇOS (COD 42)

REQUERENTE: JOAQUIM CORREIA DA SILVA GOUVEIA FERREIRA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO FORNO - SAMODÃES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 498/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que o requerente veio solicitar que lhe seja concedido o interesse concelhio para a instalação de um equipamento de interesse municipal, enquadrado na alínea d), do artigo 38.º, do Regulamento do PDM. De acordo com o teor da informação n.º 3462/DUDE, de 1 de Setembro de 2011, e o parecer do Chefe da DUDE, da mesma data, propõe à Exma. Câmara que delibere o indeferimento do pedido de concessão de interesse municipal, devendo promover-se a audiência prévia do interessado, nos termos do artigo 101º do C.P.A..

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos e remetê-lo aos serviços, a fim de esclarecerem qual a

Presidente

Secretário

causa concreta pela qual vem o requerente justificar o pedido do interesse concelhio.

34-ASSUNTO: PEDIDO DE INFORMAÇÃO PREVIA PARA CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE RECOLHA E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS ACIDENTADOS (**COD 42**)

REQUERENTE: AUTO MÁXIMO – MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS

LOCAL DA OBRA: ALTO DE ROSSAS - FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 499/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, De acordo com o parecer do Chefe da DUDE, de 6 de Julho de 2011, a requerente efectuou um pedido de informação previa para a construção de um edifício de recolha e reparação de veículos acidentados no Alto de Rossas – Ferreirim, em local classificado no PDM como área de ocupação condicionada. A pretensão só é viável se for considerada como equipamento de interesse municipal, nos termos na alínea d), do n.º 1, do artigo 38.º, do Regulamento do PDM.

Tendo a requerente sido notificada a completar o pedido, vem em resposta à notificação dizer que só apresentará elementos se a presente intenção for considerada de interesse concelhio, pois só assim, fará investimentos inerentes ao desenvolvimento do processo.

No processo existe uma exposição, apresentada por residentes do local, alertando para os inconvenientes da instalação naquele local.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara que aprecie o pedido da requerente e delibere se considera ou não o equipamento como de interesse municipal.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão formulada pela requerente.

35-ASSUNTO: PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL EM REGIME DE RENDA APOIADA E DE GESTÃO DAS HABITAÇÕES PROPRIEDADE DO MUNICIPIO DE LAMEGO (**COD 51**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 492/51/11 da senhora Vereadora da Educação, Acção Social e Cultural para que, face à informação n.º

Presidente

Secretário

377/DFP/PAT, de 15 de Agosto de 2011, propõe à Exma. Câmara Municipal a aprovação do projecto de regulamento municipal de atribuição de habitação social em regime de renda apoiada e de gestão das habitações propriedade do Município de Lamego.

Mais propõe, que decorrido o prazo de discussão pública, o processo seja remetido à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos, voltando para a próxima reunião.

36-ASSUNTO: PROPOSTA DE PROTOCOLO CORPORATE DO HL HEALTH CLUB (COD 52-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 493/52-A/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal, segundo o qual, no seguimento do e-mail emanado do Hotel Lamego, datado de 14 de Setembro de 2011, ao qual anexam o protocolo Corporate do HL Health Club, visando a utilização do ginásio e piscina por parte dos trabalhadores desta autarquia, propõe à Exma. Câmara a apreciação e deliberação do assunto em apreço.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta da proposta de adesão ao protocolo apresentada pelo Hotel de Lamego, autorizando o senhor Presidente a assinar o respectivo acordo comercial.

37-ASSUNTO: HOSPITAL DE PROXIMIDADE DE LAMEGO (COD 56)

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal do teor do ofício n.º 204, datado de 23 de Setembro de 2011, oriundo da Assembleia Municipal de Lamego, contendo o parecer emitido pelos membros da Comissão Técnica na sequência da deliberação tomada em Assembleia Municipal sobre o assunto, bem como acta da última reunião da Comissão Municipal de Saúde, realizada no passado dia 20 de Setembro de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

38-ASSUNTO: PEDIDO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO (COD 62)

REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DA SÉ

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 494/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao pedido da Junta de Freguesia da Sé solicitando um lugar de estacionamento junto à sede de freguesia, propõe à Exma. Câmara a apreciação e deliberação do referido pedido.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores Manuel José Carmo Coutinho e Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, autorizar a reserva de um lugar de estacionamento à Junta de Freguesia da Sé, tal como solicitado.

39-ASSUNTO: CRIAÇÃO DE UM LUGAR PARA DEFICIENTES NA RUA DAS CORTES (COD 62)

REQUERENTE: JOÃO MANUEL RODRIGUES FAUSTINO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 495/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao conteúdo da informação n.º 715/DMSU de 26 de Setembro de 2011, aprove a criação de um lugar de deficientes, na Rua das Cortes, n.º 61 e 63 da freguesia de Almacave, acompanhado com a seguinte sinalização:

- H1a (estacionamento autorizado, acompanhado com painel adicional M11d)

A sinalização de trânsito aqui referida está regulamentada pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro, alterada pelo Decreto Regulamentar n.º 41/02, de 20 de Agosto.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

40-ASSUNTO: PEDIDO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA CLIENTES DA AUTO-MARTINAUTO, S.A. (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 502/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao conteúdo da informação n.º 704/DMSU, de 20 de Setembro de 2011, relativamente à reserva de um lugar de estacionamento para clientes da Auto-Martinauto, S.A., em frente ao estabelecimento, na Urb. Prados da Rina, na Av. Egas Moniz, propõe à Exma. Câmara a apreciação e deliberação do referido pedido.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a reserva de um lugar de estacionamento solicitado pela requerente, devendo, para o efeito,

Presidente

Secretário

pagar a respectiva taxa, cujo valor corresponde ao valor praticado nas zonas de estacionamento de duração limitada a que se refere o artigo 70º do Código da Estrada.

41-ASSUNTO: COLOCAÇÃO PROVISÓRIA DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DEVIDO A OBRAS (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 506/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao conteúdo da informação n.º 726/DMSU de 28 de Setembro de 2011, e ao abrigo do Dec. Lei 44/2005, de 23 de Fevereiro, delibere pela colocação provisória por motivos de obras (Proc. nº824/10 D.U.D.E) da seguinte sinalização de trânsito, na Rua Torta e na Rua da Cadeia, na Freguesia de Almacave:

- Um sinal de sentido proibido (C1), no início da Rua Torta lado direito.
- Um sinal de sentido obrigatório (D1a), no início da Rua da Cadeia.
- Um sinal de zona de trânsito proibido (G5a), no fim da Rua da Cadeia.

A Sinalização anteriormente referida está regulamentada pelo (Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar nº 41/2002 de 20.08).

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

42-ASSUNTO: CARTA EMANADA DA COMUNIDADE DE SANT' EGIDIO (COD 08)

Presente à reunião a carta emanada da Comunidade de Sant' Egidio, de Roma, Itália, datada de 14 de Setembro de 2011, a qual refere que esta Comunidade criou o dia mundial das cidades contra a Pena de Morte que se comemora a 30 de Novembro de 2011, solicitando à Câmara Municipal de Lamego a possibilidade de

Presidente

Secretário

ser incluída numa lista de honra de cidades envolvidas nesta luta e a fazer parte de uma página especial do website da referida comunidade.

Assim, caso haja interesse nesta iniciativa, solicita-se que sejam indicadas cinco figuras do panorama político ou cultural local para servirem como porta-vozes desta iniciativa.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, associar-se a esta iniciativa, indicando como porta-voz deste Município a senhora Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira.

43-ASSUNTO: “CENTRO DE ARTESANATO, das ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS” e “CENTRO DE ACOLHIMENTO DE ARTISTAS” **(COD 41)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 507/41/11 do senhor Presidente da Câmara para que, nos termos do art. 18, alínea a) do D.L. n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o art. 36, do n.º 1. do CCP, e face à informação n.º 298/DOM, de 29.09.2011, seja ratificado o despacho do senhor Vice-Presidente da Câmara, no qual aprovou o projecto de execução em apreço, em 26.10.2010 e ainda que seja autorizada a abertura do procedimento nos termos da alínea b) do artigo 19.º do CCP.

Mais propõe que, sejam aprovadas as peças concursais, nomeadamente:

Caderno de Encargos, Programa de Concurso, às quais, devem ser acrescentados as seguintes condições:

1 – Preço total resultante da proposta considerado anormalmente baixo – 20% do preço que o dono da obra considera o justo para a execução da obra;

2 – Critério de Adjudicação:

A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes factores e sub factores e respectivos índices de ponderação:

Preço – 50%

Valia Técnica – 50%

A classificação das propostas relativamente ao factor preço (P) resulta da pontuação obtida através da seguinte fórmula:

$$P = [- 4 \times (Vp2/Pb2) + 7,2 \times (Vp/Pb) + 1,75] \times 10$$

Em que :

Pb – Preço base do concurso;

Presidente

Secretário

Vp – Valor da proposta concorrente em avaliação.

A valia técnica da proposta (VT) será o resultado de 4 sub factores:

V1 - Garantia e qualidade técnica da proposta – 20%

V2 - Programação dos trabalhos – 10%;

V3 - Meios afectos à obra – 10%;

V4 - Sistema de segurança higiene na obra – 10%

Júri do concurso:

Presidente: Maria de Lourdes Maia Veiga de Figueiredo Eng.^a Civil

Vogal: André do Cabo Pires, Eng.^o Civil

Vogal: Carla Sofia Pinto Botelho, Dr.^a

Membros Suplentes

Cláudia Maria Oliveira Dias, Eng.^a Civil

Margarida João Aguiar Marinho, Eng.^a Elect.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

44-ASSUNTO: “VIVER LAMEGO – VALORIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE LAMEGO” OP – 874 – LARGO DA FEIRA, NO ÂMBITO DA CANDIDATURA APRESENTADA AO EIXO IV- PARCERIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA (**COD 41**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 512/41/11 do senhor Presidente da Câmara para que, nos termos do artigo 18º, alínea a) do D.L. n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o artigo 36º, do n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, autorize a abertura do procedimento nos termos da alínea b) do artigo 19.º do CCP.

Mais propõe que, sejam aprovadas as peças concursais, nomeadamente:

Caderno de Encargos, Programa de Concurso, às quais, devem ser acrescentados as seguintes condições:

1 – Preço total resultante da proposta considerado anormalmente baixo – 20% do preço que o dono da obra considera o justo para a execução da obra;

2 – Critério de Adjudicação:

A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os seguintes factores e sub factores e respectivos índices de ponderação:

Preço – 50%

Valia Técnica – 50%

Presidente

Secretário

A classificação das propostas relativamente ao factor preço (P) resulta da pontuação obtida através da seguinte fórmula:

$$P = [- 4 \times (Vp^2/Pb^2) + 7,2 \times (Vp/Pb) + 1,75] \times 10$$

Em que :

Pb – Preço base do concurso;

Vp – Valor da proposta concorrente em avaliação.

A valia técnica da proposta (VT) será o resultado de 4 sub factores:

V1 - Garantia e qualidade técnica da proposta – 20%

V2 - Programação dos trabalhos – 10%;

V3 - Meios afectos à obra – 10%;

V4 - Sistema de segurança higiene na obra – 10%

Júri do concurso:

Presidente: Luís António de Carvalho Guedes, Eng.º Civil

Vogal: João Miguel de Oliveira Marques, Arq.

Vogal: Marcos Henriques Pereira Soeiro, Eng. SHT

Membros Suplentes

Cláudia Maria Oliveira Dias, Eng.ª Civil

Margarida João Aguiar Marinho, Eng.ª Elect.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura do concurso e aprovar o programa de concurso e caderno de encargos, propostos.

O senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro prestou a seguinte declaração de voto a propósito deste assunto: “Voto a favor do projecto de intervenção “Viver Lamego – Valorização e Integração do Centro Histórico de Lamego”, no que ao âmbito específico deste concurso diz respeito, ou seja, no âmbito dos arranjos ao Largo da Feira. Mantendo, no entanto, as maiores reservas quanto ao seu desenvolvimento no que concerne à sua articulação com as diversas intervenções que o integram, uma vez que a componente específica do Eixo Barroco me continua a suscitar as maiores dúvidas e preocupações pela forma como estão pensadas as soluções de cariz rodoviário. Parece claro que a deslocação dos veículos pesados pela Rua de Fafel, no sentido descendente e em direcção à saída da cidade para a A24, constitui uma solução completamente desadequada e penalizadora da qualidade urbana do circuito rodoviário.

Presidente

Secretário

Lembro, a este propósito que continuo a aguardar que se proceda conforme combinado, ou seja, do teste no terreno que nos foi prometido e garantido pelo senhor Presidente da Câmara, a fim de podermos aquilatar, com mais consistência, da bondade das soluções propostas”.

45-ASSUNTO: ESTRADA DE LIGAÇÃO DO CM 1168 EM VARZEA DA SERRA AO NÓ DA A24 EM BIGORNE - RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÕES (COD 47)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 511/47/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara referindo que, por motivo de identificar o interessado na expropriação da parcela de terreno n.º 26 (Banco Santander Totta, S.A, na qualidade de entidade credora) e da identificação de todos os herdeiros (conhecidos e desconhecidos) de Maria Duarte e de José Dias, proprietários da parcela de terreno n.º 22, sendo ambas as parcelas necessárias para a construção da Estrada de Ligação do CM 1168 em Várzea da Serra ao Nó da A24 em Bigorne, há necessidade de rectificar as descrições de ambas, constantes nas deliberações das reuniões da Câmara Municipal de Lamego de 2009/12/29, 2010/06/29 e 2011/01/25, passando a ter a seguinte redação:

-Parcela de terreno nº 22, com a área de 1400 m2, a desanexar do prédio rústico, inscrito na matriz predial cadastral, da freguesia de Bigorne, Secção F, sob o artigo 492º, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 46576, fls 162, do livro B 126, freguesia de Bigorne, município de Lamego, no valor de € 1.176,00, cujos proprietários são os herdeiros de Maria Duarte e de José Dias, conhecidos que são: Agostinho Dias, Sebastião Dias, e Nazaré Dias, residentes na freguesia de Bigorne, Lamego, Manuel Ferreira Cardoso, residente em Bigorne, Lamego, Jacinto Cardoso Pereira, residente em Gosende, Castro Daire, Isaura Pereira Cardoso, residente na Rua de Sto. António, Casal Gaio r/c, Leiria, Maria Alice Pereira Cardoso Vinheiro e Maria Gabriela Pereira Cardoso Ferreira ambas residentes em S. Domingos da Rana, Cascais, Francisco Pereira Cardoso, residente em Leiria, António Pereira Cardoso, residente em Leiria, Manuel António, residente em Póvoa Espírito Santo, Águeda, Maria Fermesinda Cardoso, residente em Quiredo de Bodiosa, Viseu, António Luís Alves, residente em Águeda, Albino Rodrigues António, residente em Águeda, Maria da Graça Cardoso, residente em Águeda, Maria Isabel Augusta, residente em Águeda, Maria da Conceição Alves

Presidente

Secretário

Neves, residente em Oliveira de Frades e eventualmente outros herdeiros de Maria Duarte e de José Dias que possam existir, que são desconhecidos.

-Parcela de terreno nº26, com a área de 181 m², a desanexar do prédio rústico, inscrito na matriz predial cadastral, freguesia de Bigorne, Secção F, sob o artigo 483, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 00121/19920326, propriedade de Avelino Ramalho, residente em Bigorne, 5100-330, freguesia de Bigorne, município de Lamego, no valor de € 174,00. Sobre este prédio, recai uma penhora a favor de Banco Totta & Açores, S.A, actualmente Banco Santander Totta, S.A., com sede na Rua do Ouro, n.º 88, 1100-063 Lisboa.

Assim, propõe a Exma. Câmara a aprovação da rectificação proposta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

46-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 51**)

REQUERENTE: MARCO PAULO DA COSTA RODRIGUES – BAR PUROMALTE, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 508/51/11 do senhor Vereador das Actividades Económicas e Turismo, para que, no seguimento do pedido do senhor Marco Paulo da Costa Rodrigues, gerente do bar Puromalte, Lda., seja ratificado o seu despacho, datado de 30 de Setembro de 2011, que autorizou o prolongamento de funcionamento de horário, das 04H00 da manhã para as 06H00, nos dias 1 e 2 de Outubro de 2011, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respectivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

47-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO VI RALI DE PORTUGAL HISTÓRICO (**COD 62**)

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 511/47/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que face ao teor da informação n.º 737/DMSU, de 3 de Outubro de 2011, autorize a realização do VI Rali de Portugal Histórico, realizado pelo Automóvel Clube de Portugal, bem como autorize a reserva de estacionamento na Rua Cónego José Pinto Teixeira, no dia 13 de Outubro de 2011.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a realização do referido evento, garantindo as condições de estacionamento solicitadas e estabelecidas em reunião já realizada com a presença de elementos desta Câmara, da PSP de Lamego e da organização da prova.

Os senhores Vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte prestaram a seguinte declaração de voto: “Votamos a favor da realização deste evento, desde que o mesmo não envolva qualquer tipo de encargos financeiros para este Município”.

48-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovados, por unanimidade, em minuta, para efeitos de cumprimento imediato.

49-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária